

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 13, Número 1, Maio de 2024

Traduções

A surpreendente resiliência da democracia

Steven Levitsky e Lucan A. Way

**Países do Golfo Pérsico e sharp power:
de aliados a adversários**

Christopher Davidson

O autocrata em formação: 10 anos do regime Sisi

Hesham Sallam

A resistência global aos direitos LGBTQI

Phillip Ayoub e Kristina Stoeckl

Artigos Inéditos

Crise climática e crise da democracia?

**Um mapeamento dos desafios para as democracias
em um mundo que aquece**

Luiza Veronese Lacava, Marina Shhessarenko Fraife Barreto e

Mônica Sodré Pires

**A integração da África nas finanças internacionais
e suas consequências políticas**

Nicolas Lippolis

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDA O FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



A integração da África nas finanças internacionais e suas consequências políticas

Nicolas Lippolis

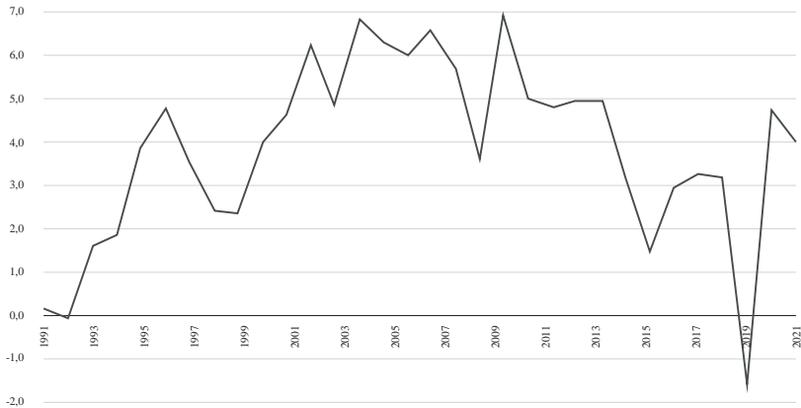
Nicolas Lippolis é pesquisador da Escola do Clima da Universidade de Columbia. Também é pesquisador associado do Programa de África do Carnegie Endowment for International Peace e do Centro de Estudo de Economias Africanas da Universidade de Oxford. Sua pesquisa estuda o impacto das finanças internacionais, a descarbonização da economia global, e as relações com a China sobre a política industrial no Brasil e na África. Possui formação em economia e ciência política, com bacharelado, mestrado e doutorado pela Universidade de Oxford.

Os vínculos internacionais com países ocidentais são ressaltados por estudos sobre a democratização como um dos principais impulsionadores da “terceira onda” de democratização que atingiu diversos países em desenvolvimento após o fim da Guerra Fria (Levitsky e Way, 2005). Nos últimos anos, no entanto, o sistema internacional vem exercendo um efeito menos benéfico sobre a democracia, conforme considerações securitárias se sobrepõem à valorização normativa da democracia e redes internacionais fortalecem movimentos políticos iliberais (Cooley e Nexon, 2022). Nos países desenvolvidos, a crise financeira de 2008 revelou as desigualdades de poder inerentes a economias financeirizadas, contribuindo para o crescimento de movimentos populistas de direita (Tooze, 2018). Simultaneamente, a globalização financeira prosseguiu em ritmo acelerado, enquanto

o controle de infraestruturas financeiras é cada vez mais utilizado como instrumento de competição geopolítica, aumentando a importância do sistema financeiro para a segurança nacional (Blackwell e Harris, 2016).

Na África, como em outras partes do mundo, o aparente fortalecimento da democracia durante os anos 1990 tem mais recentemente cedido espaço a retrocessos autoritários, notadamente em virtude de uma série de golpes de estado em países francófonos da África Ocidental e Central. Não obstante, não se percebe uma tendência clara na trajetória da democracia na África Subsaariana (daqui em diante, “África”), que vive uma crescente heterogeneidade em termos de sua prevalência e qualidade (Lewis, 2019). Se as agora frequentes eleições africanas são o objeto de diversos estudos, menos tem se falado a respeito dos impactos de mudanças na economia internacional sobre a democracia na África, à diferença de regiões como a América Latina (Campello, 2015). Tal lacuna é surpreendente em virtude do papel central da relação com a economia internacional como condicionante das dinâmicas políticas em países africanos (Bayart, 1989).

Entre as diversas dimensões da integração econômica, os aspectos financeiros despontam como uma das principais novidades nas relações externas do continente. Antes marginalizada, a África passou por uma rápida integração ao sistema financeiro internacional ao longo das duas últimas décadas, a qual coincidiu com um período de altas taxas de crescimento econômico, conforme exposto na Figura 1. A melhoria no desempenho do continente em relação às dramáticas crises dos anos 1980 e 1990, o surgimento de uma nova “classe média” africana e a aparente institucionalização da democracia deram margem para o surgimento de discursos otimistas sobre uma África supostamente “emergente”, apta a se tornar um destino para investimentos privados internacionais (Péclard et al. 2020).

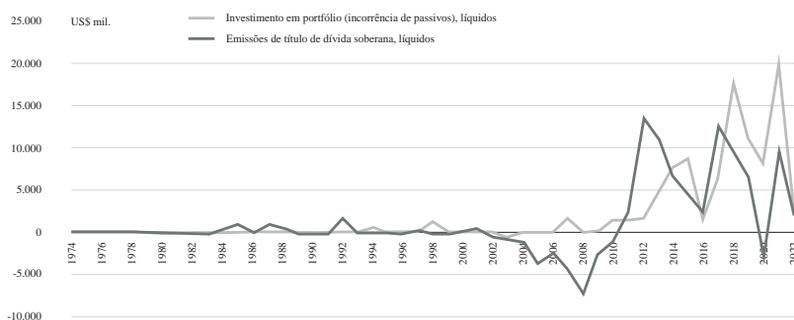
Figura 1 – Crescimento do PIB, África Subsaariana

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro de 2023

Um dos principais marcadores das mudanças na inserção financeira do continente africano desde os anos 2000 é o crescimento de investimentos em ativos de portfólio, como ações, títulos corporativos e títulos de dívida soberana. Diferentemente do investimento estrangeiro direto, tradicionalmente presente nos setores extrativos africanos, o investimento em portfólio não implica o controle direto de atividades econômicas, e, portanto, tende a requerer um maior desenvolvimento financeiro, regulatório e institucional para se materializar. Como mostra a Figura 2, se nos anos 2000 os países africanos foram compradores líquidos de ativos de portfólio, a partir de 2011 o continente passou a ser uma destinação para investimentos em portfólio. No gráfico, vemos que a conversão da África em receptora líquida de investimentos externos em portfólio coincidiu com a sua entrada em mercados globais para títulos soberanos emitidos em moedas fortes, ou “Eurobonds”. Entre 2006 e 2016, 16 países africanos emitiram Eurobonds; com exceção da África do Sul e das Ilhas Seicheles, nenhum deles tinha experiência prévia com esse tipo de instrumento. A importância dos Eurobonds como fonte de investimentos em ativos de portfólio é

demonstrada não só pela semelhança entre os valores dos investimentos líquidos em portfólio e das emissões de Eurobonds, como também pela covariação dos dois indicadores ao longo do tempo.

Figura 2 – Investimentos em Portfólio na África

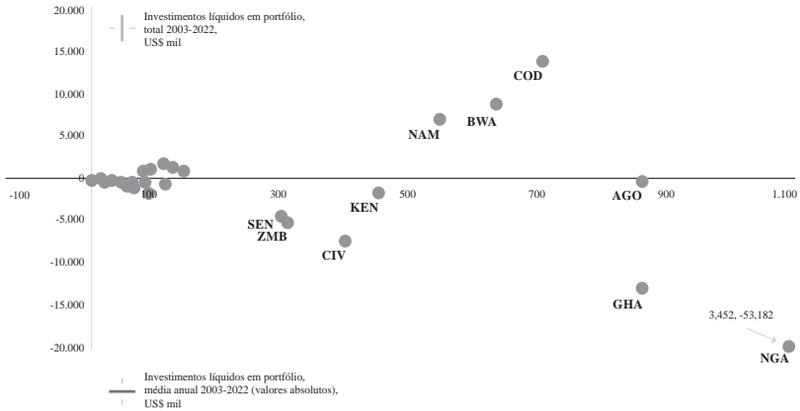


Fonte: *World Development Indicators do Banco Mundial*, elaborados a partir de dados do FMI e base de dados International Debt Securities do Banco de Compensações Internacionais. Os dados sobre investimentos em portfólio têm o sinal invertido em relação ao padrão atual do FMI, implicando que números positivos representam uma incorrência líquida de passivos. Os dados incluem os países da África Subsaariana, excluindo a África do Sul, as Ilhas Maurício e as Seicheles.

Deve-se destacar que a nova integração financeira não se deu uniformemente no continente africano, mas foi dominada pelas economias de médio e grande porte, principalmente as que historicamente são detentoras de setores privados mais robustos. A Figura 3 mostra a dinâmica dos investimentos em portfólio desagregada por país, evidenciando os volumes médios das movimentações financeiras e o total líquido de investimentos em portfólio entre 2003 e 2022. Vemos que países como Namíbia, Botsuana e República Democrática do Congo (RDC), nos quais a mineração é a principal atividade econômica, se destacam como adquirentes líquidos de ativos de portfólio. Namíbia e Botsuana estão entre os países africanos detentores de fundos soberanos desde os anos 1990 (Pitcher, 2023), o que possivelmente explica esses números. Embora também seja um importante produtor de cobre, a Zâmbia se agrupa com países que carecem de setores extrativos ex-

pressivos, como Senegal, Costa do Marfim e Quênia, na categoria de receptores líquidos de investimentos em portfólio. Gana se assemelha à Zâmbia nesse quesito, apesar da dimensão muito superior das suas movimentações financeiras, que a aproximam de economias maiores e ricas em petróleo como Angola e Nigéria. O resto das economias africanas se encontram agrupadas na extremidade esquerda do gráfico, sugerindo uma discrepância nos níveis de integração financeira.

Figura 3 – Dinâmicas dos Investimentos em Portfólio por País



Fonte: *World Development Indicators do Banco Mundial, elaborados a partir de dados do FMI.*

Um breve exame dos dados sobre a evolução dos investimentos em portfólio nos permite tirar algumas conclusões preliminares, úteis para orientar o resto da análise neste artigo. Em primeiro lugar, percebe-se que os maiores níveis de integração financeira se apresentam nos principais produtores de petróleo, Angola e Nigéria, e outras grandes economias africanas como Costa do Marfim, Gana e Quênia. Economias menores, como Camarões, Senegal e Zâmbia também apresentam um certo nível de integração financeira, enquanto a grande maioria dos países africanos parece pouco conectada ao sistema financeiro internacional, pelo menos quando medido em termos absolutos. Surpreende aqui a ausência de países como Etiópia e Tanzânia, cujo PIB justifi-

caria uma maior visibilidade nas estatísticas de integração financeira, assim como, em menor medida, a RDC e Uganda. Esses resultados sugerem que o grau de integração financeira pode estar relacionado aos níveis de desenvolvimento institucional e históricos de integração econômica, conforme será discutido na próxima seção.

Dadas essas observações, o resto deste artigo foca na trajetória histórica do setor financeiro das economias africanas de médio e grande porte mais institucionalmente desenvolvidas, nas quais a integração financeira aparece mais nitidamente. A análise destaca o grau de institucionalização e a base de recursos de cada país como fatores-chave para se compreender variações nas consequências políticas da integração financeira. A partir de uma análise histórica, propõe-se mostrar como, apesar de importantes desdobramentos políticos, tais como a liberalização financeira e a democratização, o surgimento da China como importante parceiro econômico e o crescente papel do setor privado na economia, os sistemas políticos africanos mantêm importantes elementos de continuidade que seguem minando a qualidade da democracia.

O resto deste artigo é composto por sete seções. As duas primeiras abordam o histórico da relação entre a integração financeira e o sistema político no período pós-independência e na era de ajuste estrutural, respectivamente. A seção seguinte trata das mudanças significativas na gestão econômica e na integração financeira internacional da África após a virada do milênio. A quarta seção aborda a evolução do setor financeiro africano durante os anos do “boom”, enquanto a seção seguinte discute os efeitos do mundo offshore sobre os sistemas políticos africanos. A sexta seção discute com reflexões sobre como essas mudanças têm influído sobre a difusão e a qualidade da democracia na África subsaariana no período atual, marcado por novas inquietudes a respeito dos altos níveis de endividamento das economias africanas. A última seção conclui com reflexões sobre a trajetória e o futuro da relação entre integração financeira e democracia na África.

Sistema financeiro e dominação política no pós-independência

Um olhar histórico oferece algumas pistas para se entender a relação entre integração financeira e dominação política. Tradicionalmente, divide-se a história da África desde a independência em três períodos principais: as primeiras décadas após a independência, estendendo-se do final dos anos 1950 ao final dos anos 1970; o período de crise e ajuste estrutural, durante os anos 1980 e 1990; e o mais recente “boom africano” dos anos 2000 e 2010.

Os Estados coloniais africanos eram organizações enxutas, cuja finalidade era consolidar a dominação sobre as sociedades subjacentes com o menor custo possível. Ao conquistarem a independência, os líderes africanos herdaram aparatos estatais com poderes de taxação limitados e insuficientes para arcar com as demandas de suas populações. Os meios de arrecadação disponíveis, como os fundos para a comercialização de produtos agrícolas, foram rapidamente esgotados, acentuando a dependência de fontes de financiamento internacionais. Em conjunto com a predominância de investidores estrangeiros no setor privado, pelo menos entre as principais economias do continente, isso levou à sua caracterização como sistemas “neocoloniais” (p. ex. em Amin, 1973).

Se os laços políticos e econômicos foram particularmente estreitos entre a França e suas ex-colônias, notadamente por meio da União Econômica e Monetária da África Ocidental, as acusações de neocolonialismo não estiveram ausentes nos países anglófonos, apesar do mais frequente assinalamento do “capital transnacional”, e não da antiga potência colonial, como o agente da dominação econômica. Porém, na realidade, mais que o capital estrangeiro, foi o Estado que passou a dominar os sistemas políticos no pós-independência. Isso se deveu inicialmente à alocação clientelista de recursos estatais para

sustentar as bases políticas dos novos líderes africanos. A crise desse modelo levou a reformas que centralizaram e burocratizaram o poder político nos anos 1970 (Allen, 1995). Em um contexto de ubiquidade do Estado na vida econômica, fortes demandas sociais e influência de ideologias desenvolvimentistas, grande parte desses regimes passou a adotar modelos de industrialização capitaneada pelo Estado, mas que deram pouquíssimos resultados.

A importância do capital privado para o funcionamento das economias africanas não impediu que a cooperação internacional, tanto bilateral quanto multilateral, se mantivesse como a principal fonte de financiamento internacional para os Estados africanos no pós-independência. Em alguns casos, o alinhamento geopolítico na Guerra Fria também foi uma fonte importante de recursos, apesar da relativa marginalidade do continente africano para a política externa estadunidense ou soviética (Clapham, 1996). Há de se notar que essas duas fontes de financiamento eram relativamente agnósticas quanto à gestão econômica.

Mesmo os regimes “neocoloniais” por excelência, como Costa do Marfim e Quênia, adotaram modelos econômicos estatizantes, enquanto até os regimes “Afro-marxistas” mais radicais surgidos nos anos 1970, como Etiópia e Moçambique, se mantiveram altamente dependentes da cooperação dos países nórdicos, e até de outros países europeus pertencentes à OTAN. O próprio Banco Mundial, em décadas posteriores retratado como o grande vilão do desenvolvimento africano, não se opunha fundamentalmente aos modelos econômicos desenvolvimentistas adotados na África pós-colonial, pois compactuava com o consenso keynesiano-desenvolvimentista que vigorou nos países desenvolvidos no pós-guerra (Mkandawire, 2001; Cooper, 2002).

Nesse contexto, os sistemas financeiros dos países africanos neo-independentes foram previsivelmente dominados pelo Estado. Nos principais países africanos anglófonos, como Nigéria e Quênia, a presença es-

tatal se expandiu aos poucos, principalmente nos anos 1970, conforme novos bancos públicos foram criados e muitos dos bancos estrangeiros passaram a operar em parceria com o Estado. Nos francófonos Senegal e Costa do Marfim, esses arranjos também contaram com a anuência dos interesses ligados à teia de ligações políticas, econômicas, securitárias e pessoais englobadas no complexo da “*Françafrique*”.

Os anos 1970 viram o surgimento de regimes Marxista-leninistas ortodoxos em Angola, Etiópia e Moçambique, assim como uma radicalização do regime socialista de Julius Nyerere, na Tanzânia. Nesses países, o setor bancário privado foi quase totalmente destruído. Os monopólios estatais resultantes assumiram uma série de funções, incluindo o recebimento de depósitos bancários individuais; a concessão de empréstimos aos governos; o controle da base monetária; a regulação das divisas e a tarefa de direcionar o crédito para os projetos de mecanização agrícola e desenvolvimento industrial caros aos governos da época. Apesar de apresentarem casos extremos, os regimes Afro-marxistas diferiram em grau, mas não em espécie, de outros regimes africanos, nos quais o Estado também assumiu o protagonismo na gestão financeira e onde os fins declarados da alocação de crédito frequentemente serviram como pretextos para transferir recursos para clientelas políticas.

O controle sobre o setor financeiro serviu para consolidar o poder dos regimes centralizados que proliferaram na África dos anos 1970. A centralização se manifestou sob diversos formatos institucionais que, na prática, resultaram em regimes de partido único na maioria dos países em questão. Os casos de Gana e Nigéria diferem em razão de seu histórico de regimes militares, cujo resultado também foi uma centralização do sistema clientelista (Allen, 1995). O Senegal constituiu uma exceção nesse aspecto por conta do processo gradual de democratização iniciado já a partir de meados dos anos 1970, mas que resultou numa democracia manipulada pelo Partido Socialista (Beck,

1997), na qual a alternância no poder veio a se materializar somente após as eleições de 1999.

A centralização do controle do sistema financeiro sob a égide do Estado no período pós-independência certamente contribuiu para a estabilidade dos regimes de partido único entre os países africanos de médio e grande porte. Se os sistemas políticos exibiram pouca variação em termos de competitividade das eleições, houve maiores diferenças na distribuição de poder e nos níveis de institucionalização. Em relação à primeira dessas variáveis, podemos traçar um contínuo partindo dos regimes Afro-marxistas, principalmente Angola e Etiópia, nos quais guerras civis e ações brutais de repressão interna haviam praticamente eliminado as forças sociais externas ao partido-estado, e terminando em regimes da África Ocidental, no qual a presença histórica de setores agrícolas voltados à exportação fortalecera autoridades locais. Consequentemente, em países como Senegal, Costa do Marfim e Gana, regimes autoritários tiveram que adotar estratégias territorializadas de dominação, o que permitiu certa dispersão do poder político (Boone, 2003). Sistemas autoritários mais competitivos também vigoraram no Quênia, na Tanzânia e na Zâmbia (Bratton e Van de Walle, 1997).

O terceiro aspecto do sistema político destacado no presente artigo é o grau de institucionalização dos entes governamentais e suas possíveis relações com a integração financeira. Aqui, vemos uma reprodução dos padrões de desenvolvimento econômico e institucional herdados do colonialismo, no qual um histórico de importante produção agrícola (Costa do Marfim) ou colonização de povoamento branco (Quênia) levou à construção de Estados e setores privados relativamente robustos. Não coincidentemente, foram esses os países capazes de atrair mais capital estrangeiro para os seus setores financeiros. Além desses fatores históricos, Costa do Marfim e Quênia conseguiram se beneficiar de uma estabilidade política muito superior à de Gana ou à da Nigéria, assoladas por golpes de Estado e, no caso nigeriano, uma guerra civil entre 1967-70.

No entanto, é justamente em países ricos em petróleo que surgiram os mecanismos de integração financeira que eventualmente se expandiriam para o resto da África. Em países como a República do Congo, o Gabão e a Nigéria, bancos internacionais foram utilizados a partir do final dos anos 1970 para reciclar recursos desviados das rendas petrolíferas (Soares de Oliveira, 2022). A excepcionalidade dos petro-estados demonstra como, apesar do peso dos níveis de institucionalização e desempenho econômico como impulsionadores da integração financeira, o sistema financeiro internacional se mostrou mais acessível para Estados munidos de meios financeiros mais vultosos, mesmo exibindo alguns dos piores níveis de governança do mundo. Contudo, essas diferenças se manifestaram dentro de um quadro geral de setores financeiros de pequena dimensão, pouco integrados internacionalmente e dominados pelo Estado. Essa configuração em breve seria alterada, e não por escolha dos próprios governos africanos.

Crise e ajuste estrutural

Durante as duas primeiras décadas de independência as economias africanas tiveram um desempenho global positivo, embora abaixo do de outras regiões do mundo em desenvolvimento (Arrighi, 2002). Após o primeiro choque do petróleo, rendas petrolíferas depositadas em bancos ocidentais levaram a uma expansão da liquidez global, reciclada na forma de empréstimos a países em desenvolvimento, dentre os quais os africanos. Nesse contexto de crescente endividamento, auxiliado pela queda do preço de commodities não-petrolíferas no final da década, a contração monetária iniciada pelo Federal Reserve (equivalente ao Banco Central, nos Estados Unidos) induziu a um aumento nas taxas de juros globais. O default mexicano de 1982 revelou a insustentabilidade dos empréstimos contraídos a taxas de juros variáveis pelos países africanos e latino-americanos, desencadeando uma crise econômica de grandes proporções nas duas regiões, que tiveram que

recorrer à ajuda financeira do FMI e do Banco Mundial. Na prática, créditos outorgados principalmente por bancos privados passaram para o balanço das duas instituições (Mosley et al. 1991), levando a inserção da África no sistema financeiro internacional nas duas décadas seguintes a ser definida quase exclusivamente pela relação com as instituições financeiras multilaterais.

Como condição para a concessão de empréstimos e a reestruturação das dívidas externas dos países altamente endividados, os programas de ajuste estrutural previam uma liberalização econômica geral, em linha com o novo “Consenso de Washington” que se consolidava no Atlântico Norte. Os programas contemplavam tanto medidas macroeconômicas, como a desvalorização cambial, cortes no déficit fiscal e contratações na oferta monetária, como medidas para reestruturar a economia, incluindo a liberalização de preços, reformas na política comercial e a privatização de empresas estatais. Dado seu intuito de dismantelar o sistema econômico que havia sustentado o poder político nos regimes pós-coloniais, os programas de ajuste estrutural naturalmente enfrentaram resistências por parte das elites africanas. Os conflitos, as negociações e as manipulações decorrentes se prolongaram ao longo de duas décadas, com avanços se alternando com recuos na agenda de reformas, em um processo que veio a ser denominado como “síndrome da reforma parcial” (Van de Walle, 2001).

Naturalmente, houve importantes variações no grau de implementação de reformas e em seus resultados: casos de suposto sucesso alardeados pelas instituições financeiras internacionais, como Gana e Uganda, contrastaram com outros em que as consequências foram indubitavelmente desastrosas, como a Zâmbia. De forma geral, no entanto, o processo resultou em maiores avanços na agenda macroeconômica do que em uma reestruturação efetiva das economias africanas, que permaneceram pouco competitivas. Mesmo quando implementadas, as reformas se desfizeram mais prontamente de serviços sociais ou

do emprego de burocratas de baixo escalão do que dos interesses das elites governamentais. Estas se beneficiaram de muitas das reformas, principalmente as privatizações, levando ao aumento da desigualdade em um contexto de empobrecimento geral da população local.

No que tange ao setor financeiro, observa-se o mesmo quadro geral de liberalização com manutenção de desigualdades. Introduziram-se reformas para liquidar bancos insolventes, vender participações governamentais em bancos comerciais, recapitalizar bancos públicos, melhorar a sua governança e abrir o mercado para bancos estrangeiros. A implementação dessas medidas, por sua vez, variou de acordo com fatores como a concentração do setor bancário, o nível de controle governamental, o grau de desenvolvimento do setor financeiro privado e sua diversificação (Boone, 2005).

Nos países que já contavam com setores financeiros privados substanciais, como Costa do Marfim e Senegal, as reformas ocorreram de forma menos conflituosa do que nos países onde o Estado era mais presente no setor bancário, ou em que ele o dominava completamente, como foi o caso dos (agora ex-) regimes Afro-marxistas, assim como Tanzânia e a Zâmbia. No geral, as reformas reforçaram o poder do Estado ou de oligopólios privados, mas pouco fizeram para distribuir o poder político. Contudo, é inegável que, pelo menos nos países mais institucionalmente desenvolvidos, a liberalização contribuiu para a criação de um marco institucional mais convidativo para o setor privado e estabeleceu as bases para o revigoramento das economias de mercado nos anos 2000.

Ao observarmos a continuação da concentração do poder político mesmo diante da liberalização do setor financeiro, surge a questão de como conciliar esses fenômenos com a onda de democratizações observada na África nos anos 1990. Entre 1989 e 1993, mais da metade dos países africanos passou por transições democráticas (Bratton e Van de Walle, 1997). Apesar de representarem ganhos reais para va-

lores democráticos como a liberdade de expressão, o fortalecimento de direitos civis e políticos e um aumento na representatividade do sistema político, essas transições resultaram em poucas alternâncias nas lideranças do Executivo, cujo poder continuou a ofuscar o de outros ramos do governo. Por trás disso esteve a manutenção do poder entre as mesmas elites políticas e econômicas que haviam dominado seus países em décadas precedentes, um fenômeno que não pode ser dissociado da forma em que o processo de liberalização, incluindo do setor financeiro, ocorreu. Como é de se esperar, nem sempre foi possível encontrar consensos entre os diferentes segmentos das elites africanas, levando em alguns casos à eclosão de violência política, conforme será discutido na próxima seção.

Assim como na maioria dos países africanos, para os exportadores de petróleo as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelas relações com as instituições de Bretton Woods e pressões para melhorias na governança. No entanto, a integração financeira internacional e os avanços institucionais tomaram formas ligeiramente diferentes nesses países. Como mencionado acima, já nas primeiras décadas após a independência, produtores de petróleo africanos começaram a tecer redes de financiamento e tráfico de influência internacionais que contaram com a anuência, ou a participação ativa de potências ocidentais – principalmente no caso da França. Durante os anos 1980, essas redes se expandiram, em consonância com a liberalização dos mercados financeiros globais, permitindo às elites africanas acessarem circuitos financeiros globais dos quais até então eram excluídas e que, a partir de então, puderam utilizar para contrair empréstimos lastreados em petróleo, exportar capitais e facilitar a gestão de questões de Estado fora dos canais oficiais.

Talvez o caso mais notável de utilização desses mecanismos tenha sido o de Angola, onde ao longo dos anos 1980 foi construído um “sistema paralelo” centrado na empresa petrolífera nacional Sonangol

e utilizando-se de redes financeiras de alcance global (Soares de Oliveira, 2007). A riqueza petrolífera e a capacidade de acessar financiamentos opacos no sistema internacional ajudaram o regime angolano a resistir às pressões do FMI e se tornar um dos únicos países a não adotar um programa de ajuste estrutural. Se os outros petroestados africanos não conseguiram escapar das garras do FMI, eles também mostraram certa capacidade de resistência às reformas estruturais (graças em parte ao apoio da França nos casos de Camarões e Gabão). Consequentemente, os petroestados africanos chegaram ao final da década de 1990 com suas capacidades estatais altamente degradadas e, com exceção da Nigéria, dominados por regimes autoritários.

Após quase duas décadas de programas de ajuste estrutural e dos conflitos políticos decorrentes, a maioria dos países africanos chegou aos anos 2000 com maior estabilidade política e quadros institucionais mais robustos para a gestão macroeconômica.

Finanças internacionais e novos paradigmas econômicos

A virada do século 20 para o 21 consolidou a recuperação econômica africana iniciada na segunda metade dos anos 1990. Essa recuperação se deveu à interação de fatores internos e externos. Após quase duas décadas de programas de ajuste estrutural e dos conflitos políticos decorrentes, a maioria dos países africanos chegou aos anos 2000 com maior estabilidade política e quadros institucionais mais robustos para a gestão macroeconômica. Práticas comuns no passado, tais como a dominância fiscal, foram reduzidas ou eliminadas, enquanto bancos centrais e ministérios de finanças tiveram seus quadros profissionalizados (Lewis, 2018). Em paralelo, elevações nos preços das

matérias primas agrícolas, minerais e, principalmente, do petróleo, aumentaram os recursos disponíveis para os governos africanos, enquanto o *Heavily Indebted Poor Countries Initiative* (iniciativa para países pobres altamente endividados) e o *Multilateral Debt Relief Initiative* (iniciativa multilateral de perdão da dívida) finalmente resolveram a questão da dívida externa.

Se uma maior institucionalização, melhorias nos termos de troca e o perdão da dívida contribuíram para aumentar a margem de manobra de governos africanos, outra contribuição importante foi dada pelo surgimento de novas fontes de financiamento. O estreitamento de relações com países “emergentes”, com destaque para a China, ofereceu uma nova fonte de recursos externos. Crucialmente para países traumatizados pelos programas de ajuste estrutural, os financiamentos chineses estavam desprovidos de condicionalidades. Além disso, a rapidez de desembolso dos bancos chineses, a ausência de longos processos de certificação social e ambiental e a disponibilidade de empréstimos atrelados a contratos com empreiteiras chinesas permitiu financiar obras de infraestrutura, às quais os parceiros ocidentais haviam sido avessos desde o fim dos anos 1970. Ao fornecer outra fonte de financiamento livre de condicionantes, mesmo se a taxas de juros mais elevadas que os empréstimos concedidos pela cooperação bilateral e multilateral, a emissão de Eurobonds também contribuiu para fortalecer a soberania dos países africanos (Zeitiz, 2021).

Em conjunto, o perdão da dívida, a melhoria nos termos de troca e o acesso a novas fontes de financiamento mais bem ajustadas às preferências de países africanos deram margem para as ambições econômicas de governantes africanos, os quais nunca haviam completamente abandonado suas afinidades desenvolvimentistas. Durante as décadas de 2000 e 2010, observou-se uma proliferação de documentos oficiais contendo visões de longo prazo e o surgimento de um novo discurso centrado na transformação econômica, além de uma proliferação de

projetos de infraestrutura. Na prática, discursos desenvolvimentistas foram acompanhados de poucas ações concretas no setor industrial (com exceções notáveis, como a Etiópia) e a África fez pouco para alterar sua inserção na economia global como produtora de commodities e importadora de produtos manufaturados (Taylor, 2016). Não obstante, fora do setor real, esse período trouxe inovações importantes no funcionamento das economias africanas, dentre as quais a integração financeira foi uma das principais.

A evolução do setor financeiro durante o “boom africano”

As reformas dos setores financeiros africanos nos anos 1990 estabeleceram as bases para a sua expansão durante o *boom* das commodities. A partir dos anos 2000, houve uma aceleração na criação de bancos privados, que em muitos casos assumiram a liderança de setores até então dominados por bancos europeus e estadunidenses. Um dos fenômenos mais notáveis foi a expansão continental de bancos panafricanos, sediados principalmente na África do Sul, na Nigéria e no Quênia. Como em décadas anteriores, precedentes históricos, como o grau de desenvolvimento e o poder político do setor bancário, influenciaram seu crescimento e as mudanças na sua composição. Não obstante essas diferenças, na grande maioria dos países, o setor bancário tornou-se altamente lucrativo, o que explica o crescimento no interesse de investidores estrangeiros (Vallée, 2011).

O período também viu avanços nas opções de financiamento para as empresas. A emissão de títulos soberanos em mercados internacionais levou a que países africanos obtivessem *ratings* das agências de classificação de risco, abrindo caminho para que algumas empresas fizessem suas próprias emissões. Empresas estrearam na emissão de títulos corporativos em diversos países africanos, dos quais quatro (África do Sul, Angola, Gana e Nigéria) passaram a integrar os célebres índices de títulos de mercados emergentes da J.P. Morgan (Bonizzi et al. 2019). Empresas africanas também começaram a poder se

financiar através de listagens em bolsas de valores. A África do Sul, Zimbábue, Quênia e Nigéria já possuíam bolsas de valores há décadas, mas foi sob os programas de ajuste estrutural dos anos 1990 que elas começaram a se expandir no continente. Essa tendência se manteve nos anos 2000 e 2010 e alcançou até economias dominadas pelo Estado, como Angola e Etiópia (esta última ainda em preparação). Finalmente, a chegada de empresas de *private equity* e *venture capital* ao continente, direcionou investimentos para os setores de finanças, tecnologia, bens de consumo, indústria de transformação e utilidades. Cabe ressaltar, no entanto, que África do Sul, Quênia e Nigéria concentraram a maioria dos investimentos (Pitcher, 2023), ilustrando a continuidade histórica da integração financeira africana.

Além de modelos para a indústria financeira, a integração financeira também implicou a convergência regulatória com padrões internacionais. As normas de regulação bancária estabelecidas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia foram adotadas pela maioria dos países africanos. Apesar dos baixos níveis de desenvolvimento do setor bancário, muitos países chegaram a adotar as regulações mais complexas (Basel II e III). Na prática, a adoção das melhores práticas não implicou necessariamente sua implementação efetiva, que também variou de acordo com o grau de intervencionismo praticado pelos governos, a utilização dos bancos para conceder benefícios a aliados políticos, e o ceticismo quanto à aplicabilidade das regulações mais avançadas em países de renda baixa (Jones, 2020).

De fato, a integração regulatória não levou a melhorias expressivas no desempenho dos setores bancários africanos, cujos lucros astronômicos não se refletiram em aumentos na concessão de crédito à economia real. A integração financeira tampouco serviu para proteger as economias africanas das oscilações da economia internacional; inclusive, ao aumentar sua exposição aos ciclos financeiros globais, ela possivelmente amplificou a instabilidade inerente a economias depen-

dentados da exportação de poucas matérias primas (Dafe et al. 2022). Onde o crescimento do setor financeiro deu maiores resultados foi no que tange à inclusão financeira. O sistema de pagamentos via celular M-Pesa, lançado em 2007 no Quênia e posteriormente difundido a outros países africanos, beneficiou populações africanas que até então não tinham acesso a serviços financeiros, mesmo se seus impactos econômicos mais amplos sejam discutíveis (Dafe, 2020).

Por trás dos benefícios limitados da integração financeira africana está a ausência de uma redistribuição do poder político e econômico que dê acesso ao crédito à massa de produtores africanos. A alta concentração de ativos bancários e o apetite voraz por crédito por parte dos governos tornam a compra de títulos governamentais de curto prazo mais lucrativa, e bem menos arriscada, do que a concessão de crédito ao setor privado. Como ressaltado por alguns autores, a desigualdade não é necessariamente inibidora do crescimento econômico se respaldada por pactos produtivistas entre elites, o que não tem sido o caso na África (Lewis, 2007). O tamanho reduzido e a pouca diversificação das economias africanas tampouco favoreceram o crescimento de bolsas de valores ou o desenvolvimento dos mercados para instrumentos financeiros, importantes para ajudar a estabilizar a economia frente a choques financeiros (Doornik et al. 2024). No entanto, é possível afirmar que, ao ampliar o leque de atores de elite com interesse em uma gestão mais previsível e profissional da política econômica, a integração financeira contribuiu indiretamente para a maior estabilidade política observada entre as economias de médio e grande porte desde o início do século 21.

Um grupo de países entre os quais os efeitos benéficos, porém limitados, da integração financeira parece ter surtido um efeito menor é o dos produtores de petróleo. Como salientado ao longo deste artigo, a relação entre o tamanho do setor financeiro e os níveis de desenvolvimento institucional se manifesta de maneira distinta em países

cuja abundância de recursos naturais confere uma fonte de receitas pouco sensível à corrupção ou à instabilidade política. Mesmo nesses países, o fim dos anos 1990 trouxe algumas melhorias na gestão do setor financeiro e da política econômica. Esta, no entanto, veio apenas a facilitar a reprodução e a expansão de sistemas econômicos rentistas e inerentemente desigualitários, turbinados pelos altos preços do petróleo (Vallée, 2008).

Integração financeira e o sistema offshore

A integração do sistema financeiro, em conjunto com o boom do petróleo, favoreceu o acesso aos serviços de um “mundo offshore” de “estruturas financeiras, instituições e técnicas projetadas para oferecer sigilo, proteção de ativos e isenção de impostos” (Soares de Oliveira, 2022). Como mostrado por diversos estudos, o acesso a instrumentos financeiros offshore facilita a fuga de capitais da África, mais que compensando a entrada de recursos provindos da ajuda internacional (Andersen et al. 2022) e levando o continente a se tornar um credor líquido para o resto do mundo (Ndikumana e Boyce, 2022).

Embora presente em toda a África, os efeitos do mundo financeiro offshore foram mais pronunciados entre os produtores de petróleo. À diferença da maioria dos países africanos, em que o sistema offshore é utilizado principalmente por grandes empresas para sonegar impostos e burlar controles sobre a repatriação de lucros, a utilização desses canais por petroestados tem um caráter mais pessoal (Fjeldstad e Heggstad, 2014).

As Figuras 4 e 5 comparam as menções a corporações e a indivíduos de diferentes países africanos nos Pandora Papers, o maior vazamento de informações sobre utilizadores de serviços financeiros offshore da história, ocorrido a partir de outubro de 2021. Os gráficos mostram os dez países mais bem representados nos dados vazados.

Vemos que, enquanto as posições de cada país no ranking de empresas mencionadas refletem aproximadamente o tamanho de suas economias, Nigéria e Angola estão desproporcionalmente representadas nos dados sobre menções a pessoas politicamente expostas, com 10 e 9 menções respectivamente. No segundo gráfico também aparecem o Gabão, a República do Congo e o Chade, países produtores de petróleo cuja presença nos dados sobre empresas é bem menos expressiva.

O uso desproporcional de mecanismos offshore por petroestados em comparação a outros países africanos é evidenciado por dados vazados sobre as 800 propriedades em Dubai pertencentes a nigerianos politicamente expostos, um número pelo menos 100 vezes superior ao de seus homólogos quenianos (Page, 2020).

Figura 4 – Empresas Africanas Mencionadas nos Pandora Papers

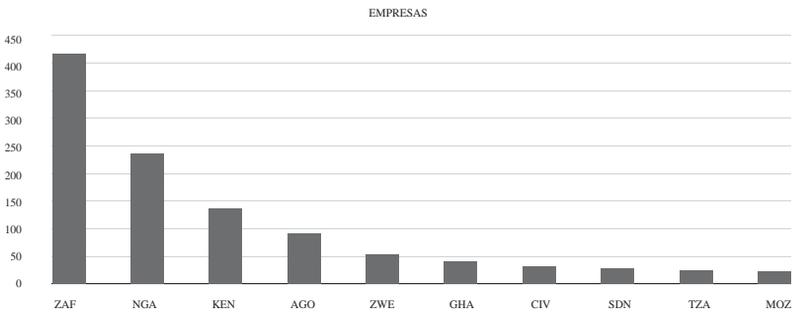
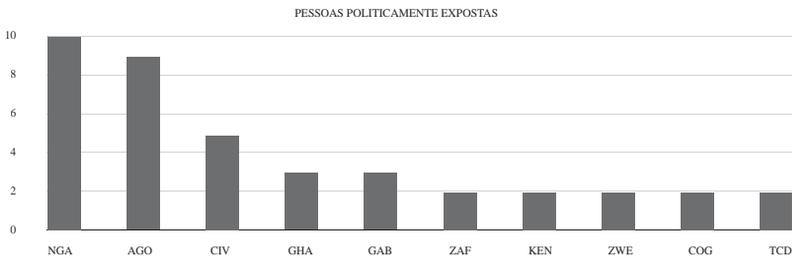


Figura 5 – Pessoas Politicamente Expostas Mencionadas nos Pandora Papers



Fonte: Pandora Papers.

Apesar de se manifestar de maneira mais acentuada nos petroestados, a ligação com o mundo financeiro offshore é um fenômeno que afeta a África como um todo. A pesquisa sobre o tema ainda é incipiente, mas há indicações de que a disponibilidade de estruturas financeiras opacas incentiva líderes de países africanos a manterem seus Estados formalmente solventes a fim de manter a capacidade de contrair empréstimos extra-oficiais lastreados em petróleo (Soares de Oliveira e Vallée, 2021). Isto aponta para uma das consequências desfavoráveis da integração financeira africana: ao facilitar o acesso a financiamentos externos caros, mas desprovidos de condicionalidades, ela desincentiva governantes curto-prazistas a reconhecer a insustentabilidade da dívida, potencializando os prejuízos causados por um eventual default. Esse risco se acresce às dificuldades criadas pela diversificação dos credores externos e pelos investimentos estrangeiros nos mercados de dívida em moeda nacional, que têm obstaculizado os acordos para a reestruturação de dívidas externas (Setser, 2023).

A relação entre as estruturas oficiais do Estado e as práticas informais ou ilegais das mesmas elites que o dirigem se estende de forma mais ampla à governança do setor financeiro. O crescente peso das finanças privadas no financiamento estatal implica que quedas na notação de crédito, o “*blacklisting*” (inclusão na “lista negra”) por instituições como o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), ou o corte de relações com bancos correspondentes (utilizados para transações internacionais), se tornam importantes questões de Estado. Essas pressões podem ter ajudado a coibir as formas predatórias de gestão econômica, apesar da inevitabilidade de casos de “adesão simulada”, em que a adoção formal de normas internacionais não leva à sua aplicação na prática (Jones, 2020).

Ao mesmo tempo, como sublinhado em estudos sobre a escolha de credores, o acesso ao setor financeiro privado internacional dá maior margem de manobra às elites, inclusive para a exportação ilegal de

capitais ou o financiamento de atividades criminosas, no que vem sendo denominada “transnacionalização da cleptocracia” (Heathershaw et al. 2023). Ao aderir formalmente às normas internacionais contra lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, é possível legitimar o sistema financeiro doméstico, obtendo assim acesso aos serviços do mundo offshore, que, finalmente, facilita a corrupção e, conseqüentemente, o endividamento. Essas dinâmicas têm importantes implicações para o futuro da democracia no continente africano, conforme discutido abaixo.

Democracia, finanças e dívida

Se a integração financeira africana das últimas duas décadas acompanhou uma institucionalização mais ampla da gestão econômica, os avanços são mais limitados no que tange à institucionalidade democrática, como destacado na introdução deste artigo. A democratização é um fenômeno complexo, que responde a vários fatores, mas para os fins do foco na integração financeira da presente análise, convém traçar uma distinção entre as estratégias competitivas de atores políticos democráticos e os fatores estruturais subjacentes. Argumenta-se aqui que, desde a onda de democratizações formais dos anos 1990, os avanços e retrocessos na competitividade das eleições africanas são atribuíveis primariamente a fatores estratégicos. Por sua vez, a estrutura socioeconômica desses países tem impedido maiores avanços na distribuição de poder político e, conseqüentemente, na institucionalização da democracia. Ao não alterar a estrutura socioeconômica e inclusive, em alguns casos, ao reforçar seu caráter excludente, a integração financeira não parece ter exercido um efeito positivo sobre a democracia, especialmente nos petroestados.

No principal trabalho a versar sobre o tema, Leonardo Arriola argumenta que, ao oferecer os recursos para que alianças de oposição

realizassem suas campanhas, a liberalização financeira fortaleceu a competitividade das eleições na África (Arriola, 2013). Utilizando os exemplos de Quênia e Camarões, o autor mostra que onde o governo perdeu o poder político sobre o setor financeiro, este último foi capaz de financiar campanhas de oposição. No entanto, contrariamente à ideia de que essas divergências ocorreram unicamente em razão de diferenças nas trajetórias de liberalização, nota-se que, tal como as continuidades na integração financeira internacional, as diferenças no

Ao não alterar a estrutura socioeconômica e inclusive, em alguns casos, ao reforçar seu caráter excludente, a integração financeira não parece ter exercido um efeito positivo sobre a democracia, especialmente nos petroestados.

grau de competitividade de seus respectivos sistemas políticos precedem a liberalização financeira: já durante o período autoritário, o Quênia foi caracterizado por um “sistema de partido único competitivo”, enquanto em Camarões vigia um “sistema de partido único plebiscitário” (Bratton e Van de Walle, 1997).

A classificação formal do tipo de regime não se traduz com exatidão na evolução histórica da distribuição de poder; esta última mostra claras continuidades ao longo do tempo, mesmo em países marcados por frequentes mudanças de regime, como Gana e Uganda (Whitfield et al. 2015). Contudo, face às mudanças limitadas na estrutura socioeconômica dos países africanos, mesmo após a liberalização e a democratização, os impactos da integração financeira parecem limitados.

Desde a onda de democratização dos anos 1990, não se percebem grandes avanços para a democracia no continente como um todo, apesar das inevitáveis variações entre países vistos individualmente (Arriola et al. 2022). A democracia, portanto, não tem acompanhado a expansão bem mais tangível do setor financeiro desde a virada do século. Ao favorecer elites governamentais ou com conexões com o governo,

a liberalização pouco fez para alterar a estrutura social. Enquanto isso, a democratização não afetou aspectos cardinais do funcionamento dos sistemas políticos africanos, tais como a preponderância do Executivo, a centralidade do Estado e a utilização do clientelismo como principal meio de sustentação do poder político (Bleck e Van de Walle, 2019).

Esses fatores, somados, implicaram que, mesmo nas democracias em que se observa uma alternância no poder, as principais lideranças políticas e econômicas se mantiveram as mesmas dos regimes autoritários que as precederam. Nos países de médio e grande porte da região, pactos de classe ajudaram a manter a estabilidade política diante de importantes desafios socioeconômicos: episódios de violência política como o que afligiu o Quênia após as eleições de 2007 ou, de forma mais grave, as guerras civis marfinenses da primeira década do século 21, são as exceções que evidenciam o pacto de classe subjacente aos sistemas políticos africanos e os riscos associados à sua ruptura (Cheeseman et al. 2020).

Dito isso, não se deve diminuir o peso das instituições formais, que, longe de serem epifenomenais, têm exercido um papel preponderante nos avanços e retrocessos da democracia na África. Diante da ausência de um claro ímpeto democratizante decorrente de mudanças na estrutura social, estes avanços e retrocessos são primariamente atribuíveis ao aprendizado de atores políticos sobre como empregar as estratégias oferecidas pelo quadro institucional democrático. Por um lado, opositores têm usado instrumentos legais para desafiar mudanças legislativas e resultados eleitorais manipulados, enquanto por outro, governos incumbentes usaram os mesmos instrumentos de forma mais efetiva, dado o seu controle sobre o Judiciário e uma maior capacidade de mobilizar apoios internacionais (Arriola et al 2023).

Apesar das vantagens inerentes à incumbência, a capacidade de articular alianças entre grupos opositores, especialmente se em parceria com uma sociedade civil densa, tem resultado em saldos positivos para a democracia em países como Costa do Marfim, Quênia e Nigéria. Até

em Angola, país cujo setor financeiro é dominado pelo Estado, articulações eficazes entre grupos opositores lhes permitiram montar uma campanha eleitoral muito mais robusta nas eleições de 2022 do que em eleições precedentes (Lippolis, 2022). Em todos esses casos, o papel da integração financeira ou do fortalecimento do setor privado ficam em segundo plano em relação a fatores mais puramente “políticos”.

Onde a integração financeira parece impactar o sistema político de forma mais tangível é na margem que dá para que regimes clientelistas se mantenham no poder a despeito de suas próprias contradições. Diante de níveis de endividamento cujo serviço consome grande parte do orçamento do Estado, uma hábil triangulação estratégica entre as considerações geopolíticas e financeiras de diferentes credores permite aos países se manterem solventes a curto prazo, meramente adiando o eventual acerto de contas (Lippolis e Verhoeven, 2024). A intenção especulativa dos credores privados os torna particularmente aptos a desempenhar esse papel. No entanto, o acesso a esses vultosos financiamentos se restringe aos atores que controlam os Estados, os quais usufruem dos privilégios da soberania. Enquanto isso, movimentos de oposição, tal como a maioria da população, se veem excluídos desses canais de integração financeira, que consomem os recursos que deveriam supostamente servir para financiar o desenvolvimento.

Conclusão

A confluência entre os interesses de elites estatais africanas e atores do sistema financeiro internacional ilustra como governantes africanos continuam a utilizar os recursos oferecidos pela integração financeira internacional para consolidar seu poder doméstico. A forma na qual essas ligações se deram, e as configurações institucionais domésticas correspondentes, variaram ao longo do tempo, com implicações para a articulação entre o poder político e o poder econômico.

Os sistemas estatizantes e financeiramente dependentes de Estados estrangeiros construídos nas duas primeiras décadas após a independência ruíram quando confrontados com as mudanças no sistema financeiro internacional decorrentes dos choques do petróleo. Os ajustes estruturais subsequentes levaram à falência de diversos Estados, mas, ao menos nas principais economias africanas, eventualmente facilitaram a emergência de sistemas econômicos assentados em um maior protagonismo do setor privado e o estabelecimento de novas conexões com atores privados do sistema financeiro internacional. Essas novas configurações desincentivaram as formas de gestão política mais prejudiciais para a estabilidade institucional, embora os Estados africanos continuem a se manter globalmente mais frágeis do que os da maior parte de outras regiões. As inovações institucionais no sistema financeiro também ampliaram a gama de recursos internacionais de origem opaca acessíveis aos governantes africanos, principalmente entre os petroestados, o que freou o avanço rumo a quadros institucionais mais sólidos.

A integração financeira internacional tampouco tem auxiliado na construção de sociedades mais igualitárias. A necessidade de transparência associada à liberalização e integração financeira confluiu com avanços nos direitos civis e liberdade de expressão para empoderar a sociedade civil africana. Essas formas de empoderamento, contudo, não foram acompanhadas de uma melhor distribuição do poder econômico, que sofreu maiores concentrações após o desmantelamento dos Estados provedores imposto pelos programas de ajuste estrutural. O crescimento do setor bancário africano e panafricano tampouco correspondeu a melhorias na oferta de crédito para produtores sem ligações com a elite, a qual continuou a monopolizar as ligações com o sistema financeiro internacional. Nas economias desiguais e pouco diversificadas que predominam hoje na África, atores de oposição estão constantemente em desvantagem na disputa pelo poder, apesar das diferenças notáveis entre

os sistemas tradicionalmente mais competitivos e aqueles em que vigora uma maior concentração do poder político.

Diante desse cenário de competição política viciada, resta aos movimentos de oposição a utilização dos instrumentos oferecidos pelo contexto democrático formal para canalizar a insatisfação popular com as condições econômicas. Os sucessos recentes de movimentos de oposição sofrendo de claras desvantagens financeiras são em grande parte atribuíveis ao aprendizado sobre como utilizar instrumentos legais e angariar apoios internacionais. É de se esperar que esses sucessos sirvam de inspiração para atores em contextos autoritários e que a alternância no poder eventualmente permita a construção de sistemas econômicos mais dinâmicos e inclusivos.

Ao mesmo tempo, cabe à comunidade internacional coibir a utilização do sistema financeiro internacional para financiar governos autoritários e agravar o sobre-endividamento de Estados que se encontram entre os mais pobres do mundo. Tal missão requer uma vontade política para enfrentar os interesses de atores de países desenvolvidos que se beneficiam das atividades econômicas geradas pela transnacionalização da cleptocracia.

Bibliografia

- Allen, C. (1995). Understanding African politics. *Review of African Political Economy*, 22(65), 301-320.
- Amin, S. (1973). *Neo-Colonialism in West Africa*. Nova York e Londres: Monthly Review Press.
- Andersen, J. J., Johannesen, N., & Rijkers, B. (2022). Elite Capture of Foreign Aid: Evidence from Offshore Bank Accounts. *Journal of Political Economy*, 130(2), 388-425.
- Arrighi, G. (2002). The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects. *New Left Review*, 15, 5-36.
- Arriola, L. R. (2013). Capital and Opposition in Africa: Coalition Building in Multiethnic Societies. *World Politics*, 65(2), 233-72.
- Arriola, L. R., Rakner, L., & Van de Walle, N. (Eds.). (2023). *Democratic Backsliding in Africa? Autocratization, Resilience, and Contention*. Oxford: Oxford University Press.
- Bayart, J.-F. (1989). *L'État en Afrique: La politique du ventre*. Paris: Fayard.
- Beck, L. J. (1997). Senegal's "Patrimonial Democrats": Incremental Reform and the Obstacles to the Consolidation of Democracy. *Canadian Journal of African Studies/Revue Canadienne des Études Africaines*, 31(1), 1-31.
- Blackwill, R. D., & Harris, J. M. (2016). *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press.
- Bleck, J., & Van de Walle, N. (2019). *Electoral Politics in Africa since 1990: Continuity in Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bonizzi, B., Laskaridis, C., & Toporowski, J. (2019). Global Liquidity, the Private Sector and Debt Sustainability in Sub-Saharan Africa. *Development and Change*, 50(5), 1430-1454.
- Boone, C. (2003). Decentralization as Political Strategy in West Africa. *Comparative Political Studies*, 36(4), 355-380.
- Boone, C. (2005). State, Capital, and the Politics of Banking Reform in Sub-Saharan Africa. *Comparative Politics*, 37(4), 401-420.
- Bratton, M., & Van de Walle, N. (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Campello, D. (2015). *The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy*. Nova York: Cambridge University Press.
- Cheeseman, N., Kanyinga, K., & Lynch, G. (2020). The political economy of Kenya: community, clientelism, and class. Em N. Cheeseman, K. Kanyinga, & G. Lynch (Eds.), *The Oxford Handbook of Kenyan Politics*. Oxford: Oxford University Press.

Clapham, C. (1996). *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press

Cooley, A., & Nexon, D. H. (2022). The Real Crisis of Global Order: Illiberalism on the Rise. *Foreign Affairs*, 101(1), 103-118.

Cooper, F. (2002). *Africa since 1940: The past of the present*. Nova York: Cambridge University Press.

Dafe, F. (2020). Ambiguity in international finance and the spread of financial norms: the localization of financial inclusion in Kenya and Nigeria. *Review of International Political Economy*, 27(3), 500-524.

Dafe, F., Hager, S. B., Naqvi, N., & Wansleben, L. (2022). Introduction: The Structural Power of Finance Meets Financialization. *Politics & Society*, 50(4), 523-542.

Doornik, B., Frost, J., Guerra, R., Tombini, A., & Upper, C. (2024, março). Towards liquid and resilient government debt markets in EMEs. *BIS Quarterly Review*.

Fjeldstad, O.-H., & Heggstad, K. (2014). Capital flight from Africa - with a little help from the banks. Em *Fuga de Capitais e a Política de Desenvolvimento a Favor dos mais Pobres em Angola* (pp. 49-92). Luanda: CEIC/NCA.

Heathershaw, J., Pitcher, M. A., & Soares de Oliveira, R. (2023). Transnational kleptocracy and the international political economy of authoritarianism. *Journal of International Relations and Development*, 26, 215-223.

Jones, E. (Ed.). (2020). *The Political Economy of Bank Regulation in Developing Countries: Risk and Reputation*. Oxford: Oxford University Press.

Levitsky, S., & Way, L. A. (2005). International Linkage and Democratization. *Journal of Democracy*, 16(3), 20-34.

Lewis, P. M. (2007). *Growing Apart: Oil, Politics, and Economic Change in Indonesia and Nigeria*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Lewis, P. M. (2018). Africa's Political Economy in the Contemporary Era. In C. Lancaster, & N. Van de Walle (Eds.), *The Oxford Handbook of the Politics of Development*. Oxford: Oxford University Press.

Lewis, P. M. (2019). Aspirations and Realities in Africa: Five Reflections. *Journal of Democracy*, 30(3), 76-85.

Lippolis, N. (2022, 18 de agosto). Mounting Economic Challenges Threaten the Basis of MPLA Rule in Angola. Carnegie Endowment for International Peace: <https://carnegieendowment.org/2022/08/18/mounting-economic-challenges-threaten-basis-of-mpla-rule-in-angola-pub-87698>

Lippolis, N., & Verhoeven, H. (2024). Bargaining for Sovereignty: Explaining African Participation in the G20 Common Framework for Debt Treatments.

Mkandawire, T. (2001). Thinking about developmental states in Africa. *Cambridge Journal of Economics*, 25, 289-313.

Mosley, P., Harrigan, J., & Toye, J. (1991). *Aid and Power: The World Bank and Policy-based Lending*. Londres e Nova York: Routledge.

Ndikumana, L., & Boyce, J. K. (Eds.). (2022). *On the Trail of Capital Flight from Africa: The Takers and the Enablers*. Oxford: Oxford University Press.

Page, M. T. (2020). *Dubai Property: An Oasis for Nigeria's Corrupt Political Elites*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace.

Péclard, D., Kernene, A., & Khan-Mohammad, G. (2020). États d'émergence. Le gouvernement de la croissance et du développement en Afrique. *Critique internationale*, 4(89), 9-27.

Pitcher, M. A. (2023). States, Markets, and Financial Liberalization in Africa. En J. W. Harbeson, & D. Rothchild (Eds.), *Africa in World Politics: Sustaining Reform in a Turbulent World Order* (pp. 48-70). Nova York e Londres: Routledge.

Setser, B. W. (2023). The Common Framework and its Discontents. *Development and Change*, 1-22.

Soares de Oliveira, R. (2007). *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*. Londres: Hurst.

Soares de Oliveira, R. (2022). Researching Africa and the offshore world. *Journal of Modern African Studies*, 60(3), 265-296.

Soares de Oliveira, R., & Vallée, O. (2021, Maio 21). The Republic of Congo is a 'Dark Debt' Pioneer. *Foreign Policy*.

Taylor, I. (2016). Dependency redux: why Africa is not rising. *Review of African Political Economy*, 43(147), 8-25.

Tooze, A. (2018). *Crashed: How a Decade of Financial Crises Changed the World*. Londres: Penguin Books.

Vallée, O. (2008). Du palais aux banques : La reproduction élargie du capital indigène en Angola. *Politique africaine*, 110, 21-46.

Vallée, O. (2011). L'économie africain saisi par la finance. *Politique Africaine*, 4(124), 67-86.

Van de Walle, N. (2001). *African Economies and the Politics of Permanent Crisis, 1979-1999*. Nova York: Cambridge University Press.

Whitfield, L., Therkildsen, O., Buur, L., & Kjaer, A. M. (2015). *The Politics of African Industrial Policy: A Comparative Perspective*. Nova York: Cambridge University Press.

Zeitz, A. O. (2021). Global Capital Cycles and Market Discipline: Perceptions of Developing-Country Borrowers. *British Journal of Political Science*, 52(4), 1944-1953.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>